

## ACORDO COM FMI

# Metas levam em conta realidade do País

► **Estado** – O senhor sempre foi crítico dos acordos que o Brasil fez com o FMI, na década de 80. Em que este agora se diferencia daqueles do passado?

**Edmar Bacha** – Agora tem mais dinheiro. Nos anos 80, o País tinha de fazer um ajuste maior para aumentar a disponibilidade de dinheiro. Este agora é para aceitar uma realidade de inexistência de dinheiro.

**Estado** – Na década de 80, as reservas chegaram a zero e as cartas de intenção não eram cumpridas. E agora?

**Bacha** – Acho que os acordos eram negociados de maneira muito abrupta nos anos 80 – para não usar outra expressão. Agora, tudo transcorre com tempo, de forma mais compassada. Além disso,

as metas agora não foram impostas. Claro, foram impostas de fora, à medida que a situação financeira mundial forçou o Brasil a mudar a estratégia do ajuste fiscal. Mas foram metas construídas aqui dentro.

**Estado** – O senhor, que tem ampla experiência de relação com o poder público, políticos, governadores, etc., considera factível a meta de 4,7% de déficit nominal?

**Bacha** – Acho que sim, porque este é um ano pós-eleitoral e os políticos entendem que, ao longo do ciclo eleitoral, dois anos de vacas magras não importam, desde que os dois anos finais sejam de vacas gordas.

**Estado** – Em entrevista ao Estado, há dois meses, o senhor dizia que a situação do Brasil no mundo era estratégica porque arriscava contaminar economias dos países ricos. Sua avaliação estava correta, os ricos se mobilizaram e organizaram esse socorro de US\$ 41,5 bilhões ao Brasil. O 'Wall Street Journal' concordou com sua análise, mas acusou o Brasil de fazer chantagem com o mundo e usou a imagem do ministro Malan com o dedo no botão vermelho, em Brasília, ameaçando explodir tudo. O que o senhor tem a dizer?

**Bacha** – Nos Estados Unidos, o noticiário de imprensa em relação ao Brasil é péssimo. Não só no 'Journal', também no 'New York Times'. É uma matéria atrás da outra negativa em relação ao Brasil. Existe, de fato, uma visão muito negati-

va do Brasil. Acho que descuidamos de nossa imagem externa. Nessa medida, o Brasil é um tanto auto-suficiente se comparado, por exemplo, com o esforço que fazem Chile, Argentina ou México em termos de construção de imagem externa. Precisariamos estar continuamente presentes na imprensa, em Washington e no mercado financeiro para não permitir progredirem informações frequentemente equivocadas ou minimamente

## BC

INDICA QUE

QUEDA NAS

TAXAS DE JUROS

MANTERÁ RITMO

DE 0,5%

AO DIA

parciais sobre o que se passa – tanto na economia, como nas finanças do País. É preciso levar mais a sério um esforço de relações públicas.

**Estado** – Voltando às metas do acordo. Ali, o governo projetou uma taxa média de juros de 21,25% ao longo de 1999. Mas há dois dias o BC

reduziu a Tban de 49% para 42,25%. O senhor não acha essa uma decisão muito conservadora e caberia, sem risco, uma queda maior para aliviar a recessão e o desemprego?

**Bacha** – Há aí duas coisas. Primeiro, a mudança da Tban é irrelevante. Não entendo por que a imprensa brasileira dá tanta importância à Tban, quando ela é apenas o teto com que o Banco Central oferece dinheiro ao mercado. Portanto, ao trazer a taxa de 49% para 42% é irrelevante. O que importa é o que o BC faz no dia-a-dia e o que ocorreu foi trazer de 42,75%, quarta-feira, para 39,5% quinta e para 39% sexta, apontando uma trajetória de redução de 0,5% a cada dia, o que acho inteligentíssimo. Nesse ritmo chegaremos a 35% no fim do mês e 25% no fim de dezembro. É uma maneira muito inteligente de abrir espaço para o governo colocar papéis prefixados no mercado.

**Estado** – Como o governo repetiu com insistência, o regime cambial não mudou no acordo com o FMI, embora a técnica do Fundo defendessem a desvalorização cambial. Na mesma linha, economistas estrangeiros, como Jeffrey Sachs, disseram que o programa do Fundo não teria êxito se o Brasil não desvalorizasse sua moeda. Qual a sua avaliação sobre isso?

**Bacha** – Que o Brasil está desvalorizando o câmbio. Esses caras não têm olhado os números. A taxa cambial já recuperou praticamente tudo o que perdeu desde o início do Real, quando se leva em conta o comportamento dos salá-

rios em dólar, comparados com a produtividade do trabalho. Ou seja, se comparar a evolução do salário, em dólar, com a produtividade do trabalho, em face do começo do plano, o salário em dólar cresceu uns 60% enquanto a produtividade ficou lá atrás. Esse processo está sendo progressivamente revertido.

**Estado** – Por esse critério a perda foi inteiramente recuperada?

**Bacha** – Diria que nos meus cálculos – sem incluir a recente desvalorização do dólar, que ajudou – o índice de saída, lá no começo do Plano Real, foi 100, e hoje estamos com alguma coisa como 95. Então, a perda que tivemos desde o início do Plano é de 5%. Se a opção é voltar à paridade cambial que existia no início da década, quando o Brasil produzia aqueles megassuperávits comerciais, ainda falta uns 15%, porque, na entrada, o plano ficou com uma taxa média 10% menor do que no início da década. Enfim, a discussão hoje não é mais recuperar a paridade do início do plano. Aí, assim que os dados de setembro e outubro estiverem disponíveis, te asseguro que esses 5% de diferença foram descontados pela desvalorização do dólar em relação ao iene e ao marco alemão. A discussão agora é se vale a pena voltar à paridade que existia no início da década.

**Estado** – E qual sua opinião a respeito?

**Bacha** – Acho que esse ritmo de 7,5% de desvalorização anual está adequado. A única dúvida é: se esse plano der tão certo, tão certo, as coisas se recuperem tão maravilhosamente, haja um fluxo de recursos enorme para o País capaz de baixar os juros para 10% ao ano. Aí fica difícil baixar mais os juros porque o dólar vai continuar valorizando a 7,5%, entendeu? Mas isso é uma visão do mundo cor-de-rosa. Por enquanto, não contemplamos juros tão baixos assim, a não ser no ano 2002.

**Estado** – O senhor ainda mantém aquela proposta de abrir mais a banda do câmbio para a taxa flutuar mais livremente?

**Bacha** – Aquela idéia era possível em condições de normalidade. Se assim fosse, poderíamos nos dar o luxo de ter um pouco mais de flexibilidade cambial e uma banda mais larga. Mas não recomendaria neste momento. Este é um momento de transição de uma situação de

extremo desconforto para algo que pode guardar um componente importante de melhoria da situação. Não balançaria muito o galho nessas circunstâncias, não.

**Estado** – O governo previu uma queda de 1% do PIB em 99. Há quem estime esse índice em até 4%, 5%. Espera-se, portanto, recessão forte, desemprego, problemas sociais. Como o senhor está vendo o ano que vem?

**Bacha** – Se for possível baixar os juros para 20% em junho, teremos um cenário de recessão no primeiro semestre. Mas, a partir do segundo semestre, podemos contemplar uma fase de economia estável e retomar o crescimento no último trimestre.

**Estado** – Em nossa última entrevista, há dois meses, o senhor propôs dar poderes constitucionais para o Congresso que toma posse em janeiro. Isso facilitaria votações difíceis em 99, como a da reforma tributária. O senhor mantém a proposta?

**Bacha** – Agora não dá mais tempo.

**Estado** – O governo comeu mosca no caso?

**Bacha** – Não. É que essa proposta é mais radical. Se a situação se tivesse deteriorado mais ainda, essa alternativa seria uma válvula de escape para conseguir virar essa situação ruim. Não há dúvida que o quadro se deteriorou, mas foi mantido sob relativo controle. Então, abriu caminho para realizar um conjunto de mudanças plausíveis, sem precisar reformar a Constituição de alto a baixo. Isso vai ficar um pouco lá para a frente.

**Estado** – Quais seriam hoje os pontos centrais de uma reforma tributária eficaz e viável?

**Bacha** – Em primeiro lugar, eliminação dos impostos em cascata – PIS, Cofins, CPMF e toda essa parafernália que o governo federal teve de criar pós-Constituição para não repartir tanta receita com governos estaduais e municipais. Em segundo lugar, desvincular impostos de determinados gastos, o que dificulta muito a execução orçamentária. Em terceiro, a federalização do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e mais esse complemento de imposto específico, como o vinculado à gasolina. Os três primeiros pontos são os mais importantes.

**Estado** – Os Estados e municípios não perderiam receita?

**Bacha** – A federalização do IVA não implica destinar toda a receita para o governo federal. Uma coisa é a cobrança em termos nacionais para garantir uniformidade de tratamento, equalização de taxas. Outra coisa, muito diferente, é definir repartição da receita.

**Estado** – O acordo com o

FMI foi assinado. E agora?

**Bacha** – Certamente as coisas vão melhorar.

**Estado** – A situação econômica da população também melhora?

**Bacha** – Não. Primeiro tem de melhorar a situação financeira. Infelizmente a população é a primeira a entrar e a última a sair.

**A** MUDANÇA  
DA TBAN É  
ALGO  
IRRELEVANTE;  
O QUE IMPORTA  
É A ATUAÇÃO  
DIÁRIA DO BC